



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## **INTERPELAÇÃO ESCRITA**

### **Dar atenção ao aumento dos efeitos dissuasores da lei que regula o acto de “burla de troca de dinheiro”**

Com a recuperação dos sectores do turismo e do jogo de Macau, os crimes e as irregularidades relacionados com o jogo também têm vindo a aumentar, e o número de casos relativos à prática da “burla de troca de dinheiro” (ou seja, câmbio ilegal) nos casinos já ultrapassou o registado antes da epidemia. Segundo os dados disponibilizados pelas autoridades policiais, em 2019, isto é, antes da epidemia, foram investigadas 6964 pessoas envolvidas em câmbio ilegal, mas só no primeiro semestre deste ano o número já atingiu 8124. Nos termos da lei vigente, o acto de “burla de troca de dinheiro” constitui apenas contravenção, no entanto, atendendo às situações do passado, a “burla de troca de dinheiro” deu sempre origem a diversos crimes, como crimes relacionados com o jogo, burla, roubo, agressão ou até homicídio, o que merece a nossa atenção.

Na realidade, a Secretaria para a Segurança tem sempre combatido proactivamente o acto ilegal de “burla de troca de dinheiro”, mas, devido às limitações decorrentes das disposições sobre as competências constantes dos Decretos-Leis n.ºs 39/97/M e 32/93/M, apenas à Autoridade Monetária de Macau é que compete a instauração de processos e a investigação. Embora as medidas a aplicar possam ser, por exemplo, suspensão de actividade, multas e confisco de capitais, a sua



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

determinação tem de ser feita pelo Chefe do Executivo e implica a cooperação entre diversas tutelas e serviços, sendo complicados os procedimentos; mais, as pessoas que praticam o acto são, na sua maioria, não residentes, portanto, neste momento, as autoridades policiais só lhes podem aplicar a interdição de entrada como forma de tratamento. Uma vez que o custo da sua prática é baixo, é difícil acabar com este fenómeno caótico dependendo apenas da execução da lei.

Recentemente, o Governo também manifestou a sua intenção de, na lei relativa ao jogo ilícito em revisão, criminalizar a prática de “burla de troca de dinheiro” nos casinos ou salas de jogo, ou de aumentar significativamente as multas. Olhando para as leis do Interior da China, por exemplo, o Regulamento da gestão cambial da República Popular da China prevê expressamente que o produto de actos ilícitos pode ser confiscado e, quando o mesmo for superior a 500 mil, pode ser aplicada uma multa no valor de uma a cinco vezes o montante do produto; e que, se não houver o produto dos actos ilícitos ou se o mesmo for inferior a 500 mil, é aplicada uma multa entre 500 mil e dois milhões; mais, de acordo com as “Explicações sobre algumas questões relativas à aplicação das leis aos casos criminais de exercício ilegal da actividade de liquidação de pagamento de fundos e de compra e venda ilegais de divisas”, nos casos graves, pode incorrer-se em responsabilidade penal. Tudo isto merece a referência do Governo para a revisão da lei.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Segundo as afirmações do Governo, aquando da revisão da lei relativa ao jogo ilícito, é possível criminalizar a prática de “burla de troca de dinheiro” nos casinos ou salas de jogo, ou aumentar significativamente as multas, para reforçar assim os efeitos



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

dissuasores. Quando é que o Governo vai dar início aos trabalhos de consulta pública sobre a revisão da lei em causa? Vai, ou não, tomar como referência as leis do Interior da China ou das regiões vizinhas para as respectivas sanções, evitando-se que Macau se torne um local com sanções mais leves?

2. Nos termos da lei vigente, compete à Autoridade Monetária de Macau instaurar processos e investigar casos de “burla de troca de dinheiro”, portanto, a polícia só pode aplicar a interdição de entrada às pessoas que a praticam, com fundamento no facto de a sua conduta não corresponder à qualidade de turista. Assim, além da referida criminalização, o Governo vai, na revisão da lei, clarificar o âmbito de competências, para simplificar e acelerar a instrução de processos, a investigação e os procedimentos sancionatórios?

22 de Setembro de 2023

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM**

**Wong Kit Cheng**